



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018

**Ata n.º 18**

Aos vinte e quatro dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de Outubro e aditamento de dezanove de Outubro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Apreciação e deliberação, das atas de 16-08-2018;-----

**PONTO DOIS:** Designação de 5 representantes da Assembleia Municipal, um por cada força política, para integrar na comissão de acompanhamento ao Regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do município de Albufeira;-----

**PONTO TRÊS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de Novembro e Dezembro de 2018 e Janeiro e Fevereiro de 2019;-----

**PONTO QUATRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta - Plano de Atividades de Educação Ambiental 2018/2019;-----

**PONTO CINCO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de candidaturas ao IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito da medida "Contrato Emprego-Inserção (CEI);-----

**PONTO SEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no n.º 1 e 6 do artigo 13.º do RJRU, referente à proposta de alteração de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne;-----

**PONTO SETE:** Apreciação e deliberação, sobre a criação da Assembleia Jovem e criação e respetiva aprovação do regimento;-----

**PONTO OITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, referente à proposta de alteração da Estrutura de Organização dos Serviços Municipais;-----



**PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente aos aditamentos aos acordos de execução de delegação de competências com as Juntas de Freguesia;-----

**PONTO DEZ:** Tomada de conhecimento da informação da Câmara Municipal sobre a recomendação apresentada pelo BE, relativamente à majoração da taxa para 25% a prédios urbanos degradados;-----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, da recomendação apresentada pelo PAN, “por melhores acessos ao posto da GNR de Albufeira”;-----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (suplente PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), José Manuel da Bota Sequeira (PSD), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - Miguel Coelho.-----

**Faltas:** João Alexandre Sequeira Jorge da Silva.-----

**Substituições:** Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Bernardo.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. --  
Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Presidente da Assembleia: “Gostava de explicar que hoje está a ser feito um teste piloto de recolha de imagem e som, através da câmara que está colocada ali atrás, os únicos que ficarão de frente seremos nós, aqui na mesa, mas é o teste piloto, que cuja recolha está a ser feita unicamente para efeitos de aferição da qualidade para depois



ser feita também a reunião com os técnicos da Câmara Municipal para acompanhar a questão. Esta é uma das empresas que se propôs vir fazer o teste para a recolha da imagem para transmissão em streaming das sessões da Assembleia Municipal. Hoje é o primeiro teste, assim que cesse esta Assembleia, os membros que queiram aceder à imagem para visualizar e depois ter a sua opinião formada, os técnicos estão lá fora, disponíveis para esclarecer as dúvidas que, eventualmente tenham. Não tem validade nenhuma, nem sequer é para retransmissão, é única e exclusivamente para efeitos de teste."-----

#### **PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----**

Presidente da Assembleia: "Só para lembrar que estamos a proceder à recolha de som, portanto todas as intervenções são gravadas e serão depois plasmadas na ata da Assembleia Municipal. Peço, como sempre, que não haja diálogo, farão a intervenção, não serão interrompidos nas vossas intervenções e quem estiver sido interpelado por vós estiver a responder, agradecemos que esperem o fim da intervenção e depois podem pedir uma nova inscrição para esclarecimentos adicionais que pretendam."-----

Roberto Leandro: "Boa noite, estou aqui em nome de um grupo, orgulhoso por representar esse grupo. É um grupo que vem apresentar um projeto que, infelizmente, já vem com muitos anos de atraso, mas esperamos que tenha muitos anos de futuro. Criamos, recentemente, esta semana, com o apoio de várias entidades que se destaca a Câmara Municipal e também o IPDJ, criamos aquela que julgamos ser a primeira Associação Juvenil do concelho de Albufeira, focada na juventude deste concelho, abrangendo não só os naturais do concelho, mas todos os que cá residam, estudem e trabalhem e queiram fazer aqui a sua vida. Deixamos à vossa disposição, pronta a trabalhar, com todas as cores partidárias, com todas as religiões, com todos os clubes, com todas as pessoas que são de Albufeira ou por Albufeira. Este é o projeto Juv-Albuera, projeto que como podem ver, pelo nome, junta a força, a vitalidade da juventude e também a história, o respeito, o reconhecimento ao património desta terra que trazemos no coração. Venho apenas com uma parte da equipa, que vou pedir que se levantem, não faz sentido apresentarmo-nos hoje, ficarão a conhecer-nos em sede própria, mas quisemos mostrar que somos alguns nem tão jovens como isso, o que às vezes é problemático, porque tecnicamente, com mais de trinta anos não somos jovens, é muito difícil registar associações nesse sentido, mas temos jovens de várias



áreas, de várias experiências, unidos pelo querer fazer mais pela juventude e pela comunidade em geral. Muito obrigado e estamos á vossa disposição.”-----

Filipe Rossa: “Boa noite, o que me trás hoje são três perguntas, ao qual não tenho obtido informação de parte devida, então venho perguntar ao Presidente o que é que falta para se fazer alteração da metadona de Ferreiras para Albufeira. Sei que já há lá um espaço destinado para tal e que já passaram dois mandatos com cores diferentes, pelo que faltava só uma assinatura. Nisto já vão oito anos, já passou um ano desde a nova tomada de posse do novo executivo e ainda nada foi feito. Será que é assim tão demoroso fazer uma transferência de um lado para o outro? O que é preciso? Outra pergunta é como é que está as obras do cemitério novo de Ferreiras, uma vez que sou residente em Ferreiras e é uma grande lacuna não haver um cemitério numa freguesia jovem que tem tanta gente a habitar lá e sabendo que o cemitério de Albufeira já está como está, e essas obras ainda não terem avançado. Outra questão que me trás aqui, há cerca de um ano e meio, a questão da Aldeia Sanacai. Chutaram para as Ferreiras esse projeto, está lá bem, estão a trabalhar bem os técnicos da Santa Casa, mas o que é que a Câmara fez, entretanto, para acompanhar esse projeto? Estive presente na reunião, onde se não me engano, ficou de se criar uma comissão de acompanhamento, onde todos os partidos, pelo menos iriam formar uma equipa para acompanhar esse processo. Como é que isso está? E se sabem como é que aquilo está a correr? Se sempre estão lá o número de pessoas que era para estar primariamente. Sei que não estão, mas se estão a par disso?”-----

Marcos Bila: “Estamos no final de mais uma época de verão é a razão que me trás cá, para divagar em relação a tudo o que se passou e tudo o que está por se fazer. E as minhas dúvidas em relação a todo um processo. Sou munícipe, vivemos num estado de direito, vivo no local do crime, no centro de Albufeira. Efetivamente há uma série de questões que verifico que não foram levadas a cabo, há uma grande falta de lisura em relação a todo o processo. O maior prevaricador de todo o processo do som no centro de Albufeira é só o Presidente da Associação dos bares e da animação da Oura e de Albufeira, o senhor António Xufre. É lamentável que no mandato passado, tenha estado presente em reuniões com os técnicos do ambiente, com a vereadora do pelouro e de certa maneira, com as novas eleições deixamos de ser ouvidos, não sei a que propósito. Eventualmente terá sido porque o pelouro do ruído passou para alguém que não tem interesse que se faça isso. Eu, de certa maneira, tenho dúvidas em relação à



veracidade e em relação das reuniões dos grupos instituídos com a autarquia. Tenho de ter dúvidas, porque se foi criado um controle de som, houve uma plataforma com os sonómetros, de certa maneira, penso que isso não está a funcionar. Foi feito o investimento e é só para mostrar que há em alguma situação que possa controlar, efetivamente não controlam, como todos nós sabemos. Em relação á fiscalização, a Policia Municipal não tem hipóteses de depois da meia-noite chegar lá em baixo, porque a GNR que fiscaliza, penso que não está a fazer as suas obrigações. Houve obras em algumas unidades de som, em que os proprietários dos bares contactaram-nos para nos mostrar que efetivamente estavam a fazer uma sonorização, mas para que serve se as janelas e as portas estão abertas? A questão dos decibéis, sei que é uma localidade que tem animação, mas os decibéis também perturbam os nossos visitantes e não lhes dá aso a estarem com raves. Em relação ao regulamento dos horários dos similares, tenho de congratular que foi efetivamente reduzido para as duas horas e isso está a funcionar, a transformação foi total em relação à questão do barulho na rua, porque vivo no local do crime e verificamos que às duas horas os similares estarem fechados, de certa maneira obriga a que as pessoas saiam lá de baixo e não se mantenham ali a criar mais barulho e a deixarem as pessoas descansarem. Estamos num estado de direito, nós munícipes, temos todo o direito, moro no centro de Albufeira, pago os meus impostos e exijo respeito por parte da autarquia, exijo o respeito dos técnicos, exijo o respeito pelo meu descanso."-----

Alberto Matos: "Fui recém-eleito, em conjunto com a minha equipa, presidente da Comissão Política da JSD Albufeira, depois de alguns anos de inatividade, conseguimos reativar e voltar ao ativo, um órgão que faz falta a Albufeira, principalmente à força política juvenil. Queremos fazer um trabalho de colaboração com as várias entidades aqui presentes, inclusivamente a nova Associação Jovem, que vai ser bastante importante para os trabalhos futuros na expansão das oportunidades dos jovens em participar neste espaço. Assumimos este desafio no sentido de recuperar os valores da juventude social-democrata, proporcionando uma oportunidade única naquilo que consideramos esta expansão da expressão política, social ou noutros vários domínios da sociedade civil. Pretendemos construir uma JSD Albufeira aberta às boas práticas políticas, éticas e de cidadania, abordando com convicção os grandes temas e as realidades do nosso concelho, incutindo um espirito construtivo aos jovens que pretendem aderir e que se interessem e que promovam este espirito de inovação



também, não sendo apenas mais um, mas tentar marcar a diferença, pela positiva, no sentido de construir e pensar Albufeira no futuro. Antes de chegarmos ao ponto principal da nossa intervenção, que passa muito pela Assembleia Municipal Jovem, queria manifestar a nossa consideração a todos aqueles que trabalham todos os dias para continuar a manter o barco a navegar, depois de uma perda irreparável, do nosso principal comandante. Creio que é justo fazer esta referência, porque estas pessoas trabalham todos os dias, para manter as coisas em pé, para o barco continuar em frente. Faço também o apelo à continuidade desta estabilidade política, que se verifica, que o executivo continue a trabalhar nas propostas do programa eleitoral e que a oposição continue a fazer o trabalho que tem vindo a fazer, um trabalho que é importante no estado democrático, mas que ambos os trabalhos sejam feitos de uma forma construtiva e não destrutiva. No que diz respeito à nossa intervenção hoje, ao ponto principal, que é a Assembleia Municipal Jovem, a JSD Albufeira considera de uma real importância a aprovação da criação desta Assembleia Municipal e manifesta esta vontade pela importância que os jovens têm no futuro da nossa cidade, pelo impacto que a Assembleia Municipal Jovem vai ter ao nível do crescimento e desenvolvimento do pensamento crítico dos nossos jovens, motivando-os e ajudando-os a construir competências para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, bem como valorizar a sua participação informada na defesa dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos e sensibiliza-los para as questões relacionadas com o poder local nas mais variadas áreas. Será sem dúvida uma oportunidade única no sentido da expressão política e da participação cívica dos nossos jovens Albufeirenses, dando-lhes voz junto dos órgãos municipais e força para continuar a construir Albufeira. Concluo a nossa intervenção manifestando o apoio ao um dos pontos que vai ser abordado nesta Assembleia, que é a isenção das taxas de ocupação da via pública durante a época baixa, proposta que iríamos falar com o executivo, porque tínhamos essa ideia em mente, ainda bem que não chegamos a tempo e é um apoio que damos à implementação desta medida."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões levantadas, ao Roberto Leandro quero felicitar os jovens de Albufeira e dizer que tem obstado que não haja ainda o Conselho Municipal da Juventude, o facto de não termos no concelho nenhuma Associação Juvenil, coisa que já começa a acontecer e que se deve exortar, tal e qual como ele fez, todos os jovens, independentemente de políticas ou clubes ou religiões



que colaborem civicamente nesta Associação. Relativamente ao Filipe Rossa, em relação à alteração da metadona, penso ter visto, esta semana, um ofício que ainda não o despachei, mas a dizer que muito próxima a execução da mudança da metadona para perto do centro de saúde de Albufeira. Mas amanhã vou me certificar e depois transmitirei. Relativamente ao cemitério novo de Ferreiras, como sabe, houve um concurso de ideias, a partir desse momento foram entregues uns prémios de pré projeto da ideia vencedora, neste momento o projeto está a ser elaborado. Depois da elaboração do projeto, seguir-se-á a feitura do caderno de encargos e programa de concurso e lançamento da obra. Tudo tem de decorrer nos seus prazos, às vezes mais demorados, mas esperemos que seja o mais rápido possível, porque realmente faz falta. Em relação à Aldeia Sanacai, é na freguesia de Ferreiras, no entanto, sobre a equipa de acompanhamento, vou ver porque não tenho informação, de como está, se existe ou não existe. Penso que estão lá as famílias quase todas que estavam no início, parece-me que houve uma família que abandonou a aldeia há poucos meses. Relativamente às questões do senhor Marques Bila, as questões que levantou de alguma forma, dizendo que há falta de lisura, não sei, penso que não há falta de lisura e vou estar em crer que não há falta de lisura. Tem dúvidas, toda a gente pode ter dúvidas, obviamente que o ruído é um problema no centro de Albufeira e não só, nos sítios onde há a coabitação e o cruzamento e interceção de estabelecimentos de restauração e bebidas, nomeadamente os bares e discotecas e depois com a parte residencial, uma coisa não conjuga bem com a outra, no entanto temos feito algum trabalho nesse sentido, não será fácil, mas temos de apostar cada vez mais nessa questão, até porque esta questão da alteração dos horários já pode vir minimizar um pouco toda essa situação e todos os prevaricadores, digamos assim, entre aspas, terão de ser chamados à coação e à realidade de que não estão a cativar mais turistas, mas sinceramente estão a espantar alguns.”-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia.-----

#### **PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Adriano Ferrão: "Queria tomar a palavra para congratular-me da existência desta nova associação, que muito me apraz, porque por motivos pessoais, trabalho junto da juventude, sei o quanto está longe de se manifestar em termos políticos e de se



interessar com a causa pública e normalmente são os jovens os melhores interlocutores para os outros jovens neste tipo de matéria. Sempre o defendi, sempre achei que as escolas deveriam estar abertas a que os jovens pudessem intervir nesta sensibilização política dos outros seus colegas e parece-me que este tipo de associação se configura, precisamente com este aspeto e esta finalidade, pelo que me parece que vai ter grande êxito e que deverá ser uma das pioneiras, mas também que outras semelhantes possam ir aparecendo, por este Algarve. Queria dar os parabéns ao aparecimento desta nova associação."-----

Fernando Cabrita: "Quero lembrar o voto de pesar de apresentamos na reunião de vinte e três de Abril, relativamente ao falecimento de Manuel Reis, sendo natural da freguesia da Guia, concelho de Albufeira. Todavia representou bem em Lisboa, teve o seu sucesso como empresário em Lisboa, mas efetivamente era de cá, muitas pessoas até desconheciam isso. Há pessoas que vêm para cá, têm sucesso como empresários, outros estando fora do seu berço natal acabam por ter sucesso lá fora, no caso em Lisboa. Acordou-me para este efeito o facto de a atleta Patrícia Mamona, campeã europeia de triplo salto de comprimento, salvo erro na Holanda, há dois anos, tentou entrar no Frágil mas foi impedida porque fizeram comentários relativamente aos acompanhantes dela e quiseram exigir valores fora do normal, como entrada com consumo mínimo. Face às situações e comentários, ela não quis entrar. Tal atitude, no tempo de Manuel Reis não teria acontecido, ou teria havido esclarecimentos e havia de ter sido levado à direção, por isso digo que seria inadmissível no tempo do saudoso Manuel Reis. Há cerca de seis meses foi aqui aprovado o voto de pesar por unanimidade, salvo erro, mas fui agora surpreendido com um comentário que vinha na Visão, em que o humorista Ricardo Araújo Pereira disse que se solidarizava com o facto de ela ter sido acusada por discriminar aquele estabelecimento em concreto. Viraram a história, ela é que tinha razões para não querer entrar e todavia o que tinham feito foi discriminar a sua entrada. Por esse facto, entendo que se torna ainda mais oportuno, que se faça em homenagem à memória de Manuel Reis que se possível dar o nome de uma rua, em Albufeira ou na Guia, de onde ele era natural, para que de certa maneira, tornasse permanente a sua memória e pudéssemos lembrar ou esclarecer quem era afinal o Manuel Reis. Quero penitenciar-me pelo facto de ter ficado incumbido de conseguir um contacto para um familiar. O único familiar que me ocorre é o pai que faleceu há uns três ou quatro anos e ele tinha como único parente





vivo o irmão Carlos Reis, que era proprietário de uma residencial, mas estabelecimento esse que há uns seis anos está fechado. Porque ele sendo mais novo que o irmão, a verdade é que pensávamos que ele ainda mantivesse aquele estabelecimento mas ele já tem setenta e muitos anos, o Manuel Reis tinha setenta e um quando faleceu e portanto não foi fácil localizar. Entretanto meteu-se o verão e só à questão de umas semanas é que entreguei, por email, o telefone do irmão para se contactar, porque parece que o Presidente da Assembleia achava que teria de ser comunicado a uma pessoa de família.”-----

Presidente da Assembleia: “De facto foi assim, depois do voto de pesar também tentamos o contato mas não obtivemos. Com esse contacto telefónico já foi feito o contacto com a família e será remetido. Como temos dois membros que alternam dentro da comissão de toponímia, o Vítor Vieira e o Fernando Gregório, tomarão notícia da sua proposta e na próxima reunião, qualquer um dos dois poderá propor à comissão a atribuição do nome a uma rua, já na sequência do voto de pesar, que faz todo o sentido.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, o Presidente da Assembleia deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação e deliberação, da ata de 16-08-2018; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Presidente da Assembleia: “Já foram feitas algumas apreciações á ata por parte do Pedro Coelho, são parte das suas intervenções, portanto serão consideradas e aceites pela mesa e serão colocadas a votação, já com as alterações propostas por parte do membro Pedro Coelho.”-----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro



Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----  
Não estiveram presentes na referida sessão os membros, Francisco Oliveira, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, pelo que não votaram. -----  
A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

### PONTO DOIS

Designação de 5 representantes da Assembleia Municipal, um por cada força política, para integrar na comissão de acompanhamento ao Regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do município de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Gaspar Meirinho: "A bancada do PSD designa para ser seu representante na comissão de acompanhamento ao regulamento dos horários de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do município de Albufeira, o deputado Rui Serôdio." (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a este ponto, antes de fazer a indicação do membro que iremos indigitar, gostaria de fazer alguns reparos relativamente a esta questão. Antes de mais, sabemos que houve uma anterior Assembleia que aprovou uma comissão parlamentar. Essa comissão parlamentar decidiu e essas decisões estão plasmadas no relatório da referida comissão. Acontece que, infelizmente, mesmo contra aquilo que havíamos referido, este regulamento foi aprovado porque havia necessidade de ser aprovado muito rapidamente e lá está o que já referimos noutras assembleias, é que estamos a aprovar documentos de alguma importância com uma rapidez e com uma necessidade absoluta, para depois estarmos a fazer exatamente o que aqui estamos a fazer, que é neste caso concreto, uma comissão de acompanhamento e de alteração relativamente às questões que têm vindo a ser colocadas pelas várias entidades e pelos vários interesses em jogo, sabemos que são interesses complexos. Sei que a nossa vereação propôs a alargamento a outras entidades, nomeadamente moradores, GNR, por razões de segurança, a privados, que eventualmente possam dar a sua opinião sobre



esta questão. Naturalmente que, estamos de acordo na criação, entendemos é que seria supérflua, se tivessem sido incluídas as questões que estavam no relatório da comissão e para o efeito, alertamos, mais uma vez, para que tudo o que seja documentação de alguma importância, seja feita com a sensatez necessária para evitar que andemos a fazer alterações, que neste caso concreto, implica uma comissão de acompanhamento nos termos do CPA, com indicação de membros da Câmara Municipal e, a título excepcional, elementos da Assembleia Municipal. O que acho estranho é que é a título excepcional, muito obrigado por nos incluírem. O elemento que indicamos é o professor Domingos Coelho, que já participou nas anteriores assembleias. Referindo-me neste ponto e pegando naquilo que foi uma intervenção do público, a questão fundamental para este regulamento e para o regulamento do ruído, para além de as regras serem plasmadas, tem a ver com a fiscalização e a fiscalização é fundamental. As regras podem existir, podem ser mais brandas ou mais duras, mas se não houver uma fiscalização efetiva, sabemos que a prevaricação, essa acontece de forma por demais evidente. Portanto, poderemos andar aqui a discutir a regulamentação, se não tivermos, de facto, uma forte fiscalização, ou se ela não funcionar acaba por ser desnecessário que aqui andemos a discutir e a implementar regulamento e regimentos para esse sentido."-----

Adriano Ferrão: "No discurso do deputado Francisco Oliveira, só não gostei da palavra falta de sensatez. Primeiro, porque acho que é verdadeiramente sensato, estar aberto a que num concelho dinâmico, as alterações vão acontecendo e não criar um documento que vá durar anos e que se mantenha residente sem essas alterações. Pelo menos, esta leitura pode ser feita das suas palavras, não sei se seria esse o sentido que lhes queria dar. Se esse for o sentido, parece-me que é sensato, é realmente estar aberto à inovação, aberto à alteração e que tudo está mutável, por isso nós temos de mudar com as coisas. A comissão parece-me que é abrangente, é capaz ela própria de consultar os sectores de atividade que possam estar mais incluídos nos estabelecimentos comerciais e na restauração e bebidas e parece-me que assim, a única coisa que concordamos com as suas palavras, parece-me que é com a fiscalização. A fiscalização tem de ser ativa e tem de ser consequente."-----

Francisco Oliveira: "De facto, não tenho qualquer problema, ou penso que ninguém terá problema que sejam feitas alterações. Eu lembro ao senhor deputado que foi em trinta e um de Agosto de dois mil e dezoito que este regulamento entrou em vigor, não



estamos a falar de anos, estamos a falar de dias. Portanto, parece-me que é evidente que aquilo que eram as recomendações que vinham da comissão e que deviam ter sido implementadas, evitavam todo este processo. É que nem é tão pouco uma questão de ter sido posto em prática e se ter verificado se funcionavam ou não funcionavam. É que antes de se ter posto em prática já existiam essas recomendações, portanto se não é falta de sensatez não sei. Se calhar deveríamos ter dado mais um período, ou eventualmente não ter feito a comissão, qualquer coisa do género, parece-me, por demais evidente que, não estamos a falar de um regulamento com cinco anos ou com três anos, estamos a falar de Agosto para agora, estamos em Outubro, são dois meses."-----

Presidente da Assembleia: "Já temos duas indicações, por parte do PSD e PS, falta a CDU, BE e PAN. Querem remeter a decisão já?"-----

Miguel Pinheiro: "O Bloco de Esquerda vai nomear o Hélder Fragoso, que já tinha feito parte da anterior comissão."-----

Presidente da Assembleia: "Da ata constará que foram indicados três membros para a comissão de acompanhamento, sendo que a CDU e o PAN, caso assim o entendam, poderão fazer essa indicação posteriormente à mesa, que será remetida depois será dado conhecimento à Câmara Municipal."-----

Presidente da Câmara: "Penso que relativamente à questão do regulamento foi entendido, na altura, que seria de alterar, embora só tenham decorrido dois meses desde a sua entrada em vigor, do regulamento anterior, no entanto este regulamento ainda não vai entrar em vigor agora. Ainda é o início da ativação do regulamento, até chegar lá ainda faltará alguns meses. Acho que isso tinha ficado assumido, que de imediato se iria reiniciar a discussão."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

### PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de Novembro e Dezembro de 2018 e Janeiro e Fevereiro de 2019; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Gostaria de perguntar porquê que esta isenção não engloba também os vendedores ambulante e se neste momento posso fazer a proposta de englobar também os vendedores ambulantes, para que sejam isentos da ocupação da via pública."-----

Francisco Oliveira: "Quanto a este ponto da isenção, sempre estivemos de acordo, porque entendemos que é uma forma de combater a sazonalidade, ou seja, tudo que possam ser benefícios concedidos quer aos comerciantes, quer mesmo à população, no sentido de se deslocar a zonas que ficam desertas durante o inverno será sempre importante. Continuo a dizer que a fiscalização é importante aqui, também, para determinadas situações, porque fiquei com a ideia, em anos anteriores, que esta isenção era concedida para os estabelecimentos que se mantivessem abertos durante estes quatro meses. Da leitura, fiquei com a ideia que é para todos os estabelecimentos. Mas mais do que esta isenção, que é para os comerciantes que, de facto nesta altura têm poucos clientes, haveria também que incrementar, para efeitos de reduzir a sazonalidade, alguns benefícios aos habitantes, aos residentes ou mesmo aqueles que nos visitam, de forma a poderem deslocarem-se a estas zonas da cidade e obterem esse benefício. Infelizmente a questão dos parques de estacionamento já não existe, ou seja, aquela redução de que caso os residentes, ou mesmo os turistas se deslocassem e estacionassem os carros nos parques de estacionamento, com o ticket do restaurante ou do estabelecimento que tivessem frequentado, poderiam, eventualmente, ter uma redução ou mesmo isenção do parque de estacionamento e de facto, quem diz este, outros possíveis benefícios que trouxessem as pessoas aos centros e às zonas que ficam desertas durante esta altura do ano. Naturalmente, votaremos a favor, mas gostaríamos de ver reforçados esses incrementos em termos de combater a sazonalidade, que é um dos principais problemas que temos no Algarve e principalmente em Albufeira."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente a estas e questões e uma vez que se cruzam as duas, que é a isenção destas taxas, mas também a questão dos vendedores ambulantes, iria, se possível, pedir ao Vereador Rogério Neto, que tem estes dois pelouros, para poder ter algum comentário."-----

Vereador Rogério Neto: "Em relação à isenção de taxas para a ocupação da via pública para os estabelecimentos comerciais e restauração e bebidas, vem-se repetindo, há



mais de oito anos, pelo que sei, a proposta tem sido sempre igual. Só não foi proposta a esta Assembleia no período do PAEL, de resto, a proposta é a mesma, é igual, portanto não percebo as críticas. Gostaria que tivessem feito uma proposta em concreto, com certeza que a Câmara está disponível para analisar e considerar e trazer à Assembleia. Em relação à venda ambulante, de facto o ano passado houve uma proposta por parte da Câmara à Assembleia, para isentar a venda ambulante, este ano não houve, porque como têm conhecimento, o concurso público já terminou, ainda está em análise as propostas, ainda não sabemos a listagem definitiva, não sabemos a data do início e não iríamos fazer uma proposta para isentar uma coisa que não sabemos quando é que termina as licenças precárias que têm e quando é que inicia o concurso público, daí não ter havido. Vou aproveitar para falar em relação ao ponto anterior, acho que a Assembleia está a esquecer-se de um compromisso que foi assumido aqui, quando foi aprovado o regulamento dos horários. Porque foi aqui assumido um compromisso que era melhor aprovar rapidamente aquele regulamento, se bem que ainda tinha lacunas, e a Assembleia remeteu um relatório, que tenho aqui, para a Câmara, para ser célere em trazer uma proposta de alteração. Peço desculpa ter interrompido e falar do ponto que já passou, mas não podia deixar de falar.”-----

Francisco Oliveira: “Senhor Vereador, penso que não percebeu bem as minhas palavras, mas eu explico. Não houve qualquer crítica, o que houve foi uma pergunta. A pergunta é se efetivamente esta isenção de taxa era para todos os estabelecimentos ou para os estabelecimentos que estivessem abertos, primeira questão, foi uma pergunta. Segundo, a questão que coloco, relativamente à questão da sazonalidade nada tem a ver com este regulamento, tem a ver com a necessidade de implementação de outras regras que possam trazer as pessoas e possam dar vida às zonas que ficam sem gente durante o inverno. Se isto é uma crítica, peço desculpa, mas realmente não assim que se entende. Refiro também é que esta fiscalização, na eventualidade de estarmos perante uma situação em que os estabelecimentos que estivessem abertos tivessem esta benesse, teria de ser devidamente fiscalizado, é só isto. O senhor entendeu com uma crítica, penso que terá de entender melhor, porque no fundo foi isso que realmente foi dito, peço desculpa.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

#### PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta - Plano de Atividades de Educação Ambiental 2018/2019;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

#### PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de candidaturas ao IIEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito da medida "Contrato Emprego-Inserção (CEI); -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Desta vez não faço a pergunta da praxe, pelos vistos são necessários funcionários para a Câmara, contratem."-----

Presidente da Câmara: "Esta questão dos contratos de inserção de emprego é apenas uma situação, obviamente, precária. Não vem resolver nem nunca resolveu nem há de vir a resolver problemas de carácter permanente. Mas para evitar alguns hiatos que possam haver, acho que são medidas interessantes. É uma medida que já vem ao longo dos anos, às vezes com outros nomes, os nomes vão mudando, mas no fundo a perspetiva e a filosofia é igual. Com certeza que se irá abrir concursos na mesma, para que isso possa depois tomar a devida força e que possam ser preenchidos os lugares de trabalho permanente com pessoas sem ser precárias."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: dois (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta -----

Abstenções: uma (01) Vera Belchior -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Renato Pimenta apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

## PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no n.º 1 e 6 do artigo 13.º do RJRU, referente à proposta de alteração de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----





Pedro Coelho: "Há aqui uma pessoa, julgo que, mais habilitada para fazer este comentário e o habilitado é o Presidente da Junta de Paderne. O que queria comentar sobre esta questão, ao contrário do que comentei na ARU de Albufeira, onde manifestamente considerava sérias limitações naquela ARU, aqui parece-me estar tudo bem, a delimitação parece-me perfeitamente pacífica, bem-feita, bem fundamentada, não há nada desse ponto de vista a salientar. Apenas a questão da sensibilização, isto é, é sempre a questão de como é que os proprietários, como é que os munícipes têm conhecimento desta ferramenta, o que é que isto afinal é, que direitos concedem, que benefícios lhes concede nas operações urbanísticas, nas isenções de taxas, de impostos, de benefícios fiscais. Por isso, acho que deveria existir uma sensibilização em Paderne, para sensibilizar os proprietários da freguesia."-----

Presidente da Assembleia: "Vou aproveitar a sua ideia e lanço aos membros das bancadas e temos aqui a possibilidade de fazer eventualmente a primeira Assembleia sectorial. Portanto, podemos fazer uma Assembleia apenas dedicada ao esclarecimento aos munícipes referente ao que são as ARU's, que metodologia, também com os técnicos da Câmara Municipal e fazermos aqui a explicitação de direitos e deveres. Eventualmente convidar pessoas ligadas ao mundo financeiro, à banca, para que venham cá explicitar também como é que se faz o acesso aos fundos. Que direitos inerentes à revalorização e à reabilitação urbana, bem como todos os benefícios e deveres, obviamente que também estão ali inerentes benefícios. Portanto deixo isto aos líderes de bancada, que pensemos nisto e eventualmente, fazer uma Assembleia Municipal, subjacente a este tema e porque não fazê-la mesmo em Paderne. Aqui, acertamos duas vezes na mesma baliza, portanto fazemos a Assembleia em Paderne e temos um tema que diz respeito propriamente a Paderne. Deixo isto à consideração, apenas para pegar nas palavras do membro Pedro Coelho, porque de facto parece-me interessante o facto de nós termos estas duas áreas de reabilitação e podermos promover o papel fundamental da parte da Assembleia Municipal e promover também o esclarecimento destas linhas orientadoras na parte que diz respeito aos benefícios fiscais e nas regras urbanísticas e os procedimentos a tomar."-----

Miguel Coelho: "Boa noite, queria reforçar a questão da necessidade de se fazer esse esclarecimento em Paderne, até porque na primeira aprovação em dois mil e dezasseis da ARU, foi prometido fazer essa mesma reunião com os técnicos da Câmara e com o executivo, e por razões que desconheço não chegou a ser feita. Lembro que esta ARU



tem uma validade de três anos e as pessoas, naturalmente, terão de ser esclarecidas e informadas, para que possam efetivamente proceder às obras de recuperação da habitação em Paderne, principalmente na zona da ARU, que é toda a aldeia histórica. Situação que faz muita falta a nós é a habitação em Paderne, porque, posso referir que no ano de mil novecentos e cinquenta, por aí, moravam lá seiscentas pessoas, as casas que estão lá são praticamente as mesmas e neste momento contam-se, como residentes naquele sítio, mais ou menos cem pessoas. Portanto, estamos a falar de uma diminuição muito grande e a capacidade habitacional lá instalada, desde que seja recuperada, pode muito bem trazer muito mais pessoas a Paderne, que é uma coisa que nos interessa, também ao concelho, porque é uma lacuna muito grande que temos, principalmente em Albufeira e também no Algarve, a habitação própria permanente. Será muito bom que seja feito em Paderne, o edifício da Junta está à disposição da Assembleia e da Câmara para efetivamente fazerem essa reunião."-----

Presidente da Câmara: "Estou inteiramente de acordo que se deva sensibilizar as pessoas, mas não só sensibilizar, informá-las daquilo que são os seus direitos e os seus deveres, para que isto não seja só simples papel e simples candidaturas e não andamos aqui à volta disto. Se não passar de papel não serve de nada e foi tempo perdido andarmos aqui. Portanto, estou inteiramente de acordo com essa sensibilização, independentemente da forma, o que interessa aqui é mais o conteúdo."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



## PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sobre a criação da Assembleia Municipal Jovem e criação e respetiva aprovação do Regulamento Eleitoral.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Só para fazer um ponto da situação referente a esta questão. Já o ano passado tive hipótese de reunir com os dois agrupamentos de escola e falar sobre esta ideia. Tem sido amplamente debatido, por parte da mesa, esta questão e quer o professor Domingos Mendes, quer o professor Aurélio, foi uma conversa informal da ideia que depois tem vindo a tomar corpo e para chegarmos aqui a este documento trabalhei em conjunto com a Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, que já faz há mais de dez anos, eventualmente, uma das mais antigas a fazer a Assembleia Municipal Jovem, a de Sesimbra, São João da Madeira. Portanto, para estarmos aqui no Sul temos Lagos, Lagoa também, mas o conceito é diferente, este vai beber muito a estas três Assembleias Municipais e ao Parlamento Jovem. Não sendo um decalque, mas as regras que aqui estão, partem também em muito o do regulamento do Parlamento Jovem da Assembleia da República que faz também aqui em Albufeira. Este sendo um documento de trabalho para iniciar tudo isto, é um desafio interessante e acho que temos condições, também reuni com a Câmara Municipal, porque será necessário o apoio, nomeadamente financeiro e técnico por parte da Câmara Municipal para a prossecução deste objetivo, o senhor Presidente manifestou a total disponibilidade para apoiar esta Assembleia Municipal Jovem. Depois o seu regimento, aí sim, terá que ser muito trabalhado, para que depois seja aprumado. Um dos critérios que nos levou a atingir este documento foi a despartidarização total. Eu não sabia, por isso é que estou a dizer, há Assembleias Municipais que são eleitas por partidos jovens, foi uma das questões que pautou e a questão da idade. Mas é para isso que estamos aqui, para deliberar duas questões, uma, a criação da Assembleia Municipal Jovem e segundo, o seu regulamento eleitoral."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, antes de mais, dar a minha opinião e penso que a opinião dos membros do meu grupo, que efetivamente estaremos a favor de uma criação de uma Assembleia Municipal Jovem. Mas dito isto, temos que referir que este documento chegou-nos à mão há cerca de cinco dias, sem qualquer informação por



parte dos órgãos e sem aquilo que seria, penso eu, fundamental, que era pelo menos uma reunião com os líderes parlamentares para debatermos este assunto. Tendo em consideração que no próprio preâmbulo que se diz que a Assembleia Municipal Jovem é da responsabilidade da Assembleia Municipal de Albufeira, penso que diz respeito a todos nós este tipo de documento. E, sem querer pôr em causa aquilo que será efetivamente algo importante, acho que mais importante ainda era definirmos os critérios, os objetivos e tudo mais, relativamente a isto. Tendo em consideração também que a Assembleia Municipal Jovem de Albufeira vai ter de ter uma direção no sentido do acompanhamento, do aconselhamento, penso eu, por alguém que eventualmente esteja um pouco mais habilitado a estas situações. Todo este tipo de definições seria muito importante ter sido definido junto da Assembleia Municipal. Nesse sentido nós vimos propor que este ponto seja retirado, seja marcada uma conferência de líderes ou aquilo que se entender, um grupo alargado, para a discussão destas questões, porque entendemos que de facto, já em cima do acontecimento, como infelizmente tenho vindo a referir noutros pontos, é-nos colocada esta questão, que o senhor Presidente, muito bem, não digo o contrário, tem andado a discutir e a resolver e que agora nos informa, para que votemos. Sem desprimor, continuo a dizer, para o trabalho do senhor Presidente, acho que nós merecemos, de facto, ter aqui uma informação mais ponderada. Devo referir que nós temos, por exemplo, o Conselho Municipal da Juventude que ainda não foi criado, o Conselho Municipal da Educação que não reúne não sei há quanto tempo e portanto, a criação de mais uma outra entidade, que é importantíssima, deve ser vista também com algum rigor. Nesse sentido, a nossa proposta é de que seja retirada a proposta e que seja feito, de facto, um debate alargado sobre esta questão para ser devidamente implementada."-----

Presidente da Assembleia: "De facto, poderia eventualmente ter sido marcada uma reunião de líderes para estudarmos isto, mas a questão é só uma. Partindo da iniciativa e sendo a iniciativa e havendo a iniciativa ela podia ter sido de qualquer membro desta Assembleia Municipal. O tempo que o documento chegou aos membros, foi dentro do período, chega hoje uma retificação de lapsos, porque veio em Word mas foi transformado de PDF para Word e tinha algumas gralhas. A questão é esta, a ponderação e aquilo que aqui está feito visa iniciar a discussão. Se retirarmos um ponto destes da ordem de trabalhos, é a minha opinião pessoal, nós não estamos a lançar a discussão, estamos única e simplesmente a levar a discussão para dentro de gabinete,



para depois vir uma nova proposta. Acho que, de facto, é da discussão que se faz luz e fazendo-se luz, é da discussão e da partilha de ideias de todos os membros da Assembleia Municipal. Porque isto, é como eu digo, a ideia não é minha, infelizmente, é partilhada, eu posso vos remeter os documentos que foram remetidos por parte das Assembleias Municipais que referi, no sentido de ir beber experiências de mais dez anos. Portanto, pouco ou nada tem aqui a ver que seja da minha autoria, que não a compilação dos procedimentos da Assembleia do Parlamento Jovem, de onde vem grande parte das regras que aqui vêm estipuladas, por parte da Assembleia Municipal e isto é o Regulamento Eleitoral, não é o Regimento. A parte do Regimento é depois feita dentro da própria Assembleia Jovem e obviamente que a Assembleia Municipal Jovem funciona sobre a tutela da Assembleia Municipal. Portanto, a fiscalização, os critérios de ponderação, porque não é totalmente alheia a esta Assembleia Municipal, depois o Regimento é que vai dizer de que forma os membros da Assembleia vão trabalhar. E isso é uma segunda fase. Mas nós estamos a falar na criação e no Regulamento Eleitoral e não na forma como a Assembleia vai funcionar. Aí sim, acho que uma discussão alargada relativamente a isto faz todo o sentido, agora, a criação é fácil. O critério eleitoral é exatamente como o nosso, círculos uninominais só temos duas escolas secundárias. Podemos dizer, em vez de ser escolas secundárias podem ser também do segundo ciclo. O critério que foi tomado foi o critério de quinze aos dezoito, décimo, décimo primeiro e décimo segundo, são critérios. De facto, aqui é como eu digo, são critérios que partem da experiência das outras Assembleias, para chegarmos até esta. A questão da tutela dessa Assembleia Municipal Jovem, vai caber a todos os membros da Assembleia Municipal, que serão os membros que tomarão as rédeas, propriamente ditas dessa Assembleia, no Regimento e não na criação e no Regulamento Eleitoral. Só para esclarecer a ponderação do que aqui vem."-----

Adriano Ferrão: "Venho só trazer um outro aspeto a ponderar, a mim parece-me que está na altura certa de se criar esta mesma instituição da Assembleia Municipal dos Jovens de Albufeira. Tendo em conta que estamos a falar de jovens, entre os quinze e os dezoito, que estão nas escolas secundárias. Os programas das escolas secundárias, os programas das várias áreas disciplinares são densos, obriga os alunos a trabalhar muito e a terem pouco tempo disponível. De modo que o ano acaba depressa, já estamos a meio do primeiro período, rapidamente, o segundo período é mais curto que o primeiro e o terceiro ainda mais curto é. Se queremos levar este projeto por diante



ele tem de começar desde já. Claro que depois terá que ser regimentado, conforme o senhor Presidente aqui assinalou e claro que aqui estaremos todos para contribuir para que o projeto venha a ter êxito, tenha sucesso e seja viável.”-----

Francisco Oliveira: “Senhor Presidente, mais uma vez estamos numa situação em que temos que aprovar, porque é urgente aprovar. E não é urgente analisar e verificar as situações. Portanto, eu recuso-me e já me recusei noutras situações a que se faça a aprovação porque tem que se aprovar. Mais, devo referir que estive a ver o regimento e no regimento não vejo, mas posso estar a entender mal que a Assembleia Municipal tenha capacidade ou competência, ou esteja efetivamente no seu regimento a possibilidade da criação. Mas não é por aí, nem vou por aí. Nem vou pela outra questão de nos ter chegado também a documentação fora do prazo, também não vou pela questão da secretaria, não é nesse sentido. Acho que é importante, os membros da Assembleia, cuja responsabilidade têm sobre a Assembleia Municipal Jovem, serem devidamente informados sobre, por exemplo, as decisões têm algum carácter vinculativo, sobre que matérias se vai decidir, em que circunstâncias é que todas essas circunstâncias que vamos verificar, ou seja, estamos a criar algo que não temos, pelo menos nós, membros da Assembleia Municipal, a noção daquilo que vai ser os temas, as deliberações, se essas deliberações têm algum poder vinculativo, se vinculam a nossa Assembleia Municipal, ou seja, tudo isso naturalmente que não pode ter um carácter meramente interno da própria Assembleia Municipal Jovem só, mas tem de ter esta ligação com alguém que está a coordenar, ou com os coordenadores relativamente à Assembleia Municipal. Portanto, mais uma vez entendo que, independentemente da importância que possa ter esta Assembleia Municipal, a mesma deve ser estruturada devidamente, para não verificarmos aquilo que temos vindo a verificar, que é alteração depois de ter sido constituída. Que é isso que os senhores estão a propor. Constitui-se e depois logo se vê o que vai fazer, se calhar é melhor pensar naquilo que vamos fazer, construirmos isto em função de, termos a informação, como digo chegou há poucos dias, para podermos deliberar e deliberar em consciência. Portanto, a nossa proposta continua a ser, que seja retirada, que seja discutido o mais rapidamente possível e que seja implementada em conformidade com aquilo que são os objetivos. Até para que a gente analise outras propostas, como o senhor presidente aqui referiu, de outras Câmaras Municipais, que o estão a fazer há uma série de tempo e até verificar o seu enquadramento legal, face à situação em causa.”-----



Ana Cristina Pinto: "Queria apenas, a título informativo, lembrar que o Ministério da Educação criou, este ano, uma nova disciplina, que se chama Cidadania e Desenvolvimento e que um dos subtemas desta disciplina que é instituições e participação democrática, por acaso foi aprovado para ser trabalhado na escola secundária de Albufeira, com os alunos do décimo ano. Portanto, parece-me que há aqui um enquadramento, que se pode fazer em benefício inclusive da disciplinaridade, da ligação à comunidade."-----

Fernando Cabrita: "Vejo no articulado que nos foi trazido que há de facto a preocupação de afirmar à partida que será uma Assembleia que não está submetida aos ditames dos partidos. Chama-se a atenção para que efetivamente não há partidarização da Assembleia, mas não estando ainda ela criada, com alguma celeridade, não há dúvida, não posso chamar oportunismo, mas posso chamar usar da oportunidade, que é uma expressão menos áspera, mas não está ainda criada a Assembleia e todavia já se ouviu dizer que vamos trabalhar em conjunto, ou vamos ter com a Assembleia como se ela já estivesse criada. Quer dizer, anda-se aqui usando, mais uma vez, não dos dois golos na baliza mas, nem os dois coelhos numa cajadada, mas a questão é que estamos aqui a precipitar um pouco, com o carro à frente dos bois. Quer dizer, não está ainda criada a Assembleia, não se pode escolher entre modelos dos existentes que já foram criados nos vários concelhos e todavia já estamos a adiantar e a conferir alguma natureza que lhe faz suspeitar que não exista assim tanta partidarização e de facto acho que nos estamos a precipitar muito rapidamente, sem prejuízo de fazermos umas etapas um pouco mais demoradas e de podermos ao menos analisar com algum tempo essas outras experiências que já existem. Nós estamos todos interessados e achamos que é fundamental para o concelho, como será para outros, não há muitos, dos trezentos e tal concelhos, mas enfim. A verdade é que era importante que nós tivéssemos um pouco mais dentro desta iniciativa e aferíssemos da partidarização ou não com dados objetivos, nomeadamente através das intervenções já havidas."-----

Adriano Ferrão: "Quero deixar bem claro que o nosso discurso está ligado ao futuro, por isso simplesmente mantemos isto, teremos, caso seja aprovado, todo o prazer em colaborar com esta Assembleia dos Jovens. Isso fica bem assente, o PSD terá todo esse prazer e com certeza que se empenhará nessa colaboração, o que não quer dizer partidarização. Porque, tal e qual como está plasmado no documento, o documento não



está a falar em partidarização. Agora, que nós apoiaremos a instituição, sim senhor, a instituição, não o funcionamento dos grupos que estão instituídos depois.”-----

Leonardo Paço: “A mim parece-me que o que o meu colega de bancada quis dizer foi que, a primeira referência à Assembleia Municipal Jovem foi feita pela JSD, daí estar a falar em partidarização.”-----

Pedro Coelho: Não obstante de considerar esta iniciativa importante e interessante, mas quando li o documento todo e agora estava a relê-lo, fico com a dúvida das competências e objetivos desta Assembleia e a dúvida a seguir transpõe-se para a questão da eficácia da Assembleia, isto é, os jovens reúnem-se e deliberam algo, fazem uma ata. Mas depois o que fazem à deliberação? A deliberação é remetida para esta Assembleia, que depois toma conhecimento e remete para o executivo. Se for questões de execução, porque muitas vezes estaremos de certeza em questões de carácter executivo, ou vai direto para o executivo camarário ou vai para o diretor do agrupamento de escolas? Essa é uma das questões que se for interpretar não consigo perceber como é que vai funcionar.”-----

Helena Simões: “Acho que entramos num tema, vai para um lado, vai para o outro, acho que isto é muito simples. É dar voz aos jovens entre os quinze e os dezoito anos nas nossas escolas secundárias. Neste momento aquilo que se está a definir é apenas a criação da instituição, tudo o resto, regimento, que competências terá, em que formatos, isso virá à posteriori e seremos todos, aí quando disse à bocado o senhor Adriano Ferrão, seremos todos chamados a colaborar, não disse na questão partidária, disse na questão de deputados da Assembleia Municipal, seremos todos chamados a colaborar. Por isso, demagogias à parte, é tão simples quanto isto, dar voz aos jovens de quinze a dezoito anos, parece que está na moda, neste momento no concelho ser-se jovem, tudo porque se criou uma associação, porque veio aqui a JSD e depois, de repete, confundem-se as situações. Porque a JSD nada referiu em relação a este ponto. Referiu sim senhora, que seria de louvar, mas da mesma maneira que provavelmente a associação referiria. Digo e repito, espero que pela última vez, apenas e só dar voz aos jovens entre os quinze e os dezoito anos, tudo o resto caberá a nós, depois e á posteriori definir.”-----

Presidente da Assembleia: “Em jeito de resposta e para sintetizar a questão, vou dizer o seguinte, quinta linha, *sustenta-se na importância de permitir aos jovens uma vivência e convivência de intervenção cívica e conhecimento das regras políticas,*





*organização do poder autárquico com os diferentes papéis da vida ativa. A partilha de experiências vai permitir o desenvolvimento de competências pessoais, coletivas e responsabilização cívica. Agora já em jeito de resposta, a Assembleia Municipal jovem pretende ser o espaço onde os jovens do concelho apresentem e debatam estratégias, necessidades e aspirações da vida local e lhes possibilite uma melhor perceção das realidades da nossa comunidade, permitindo a conceção e partilha de propostas, com o objetivo de formar cidadãos ativos e participativos na comunidade local e na sociedade em geral, assim como interiorizem os valores democráticos da participação cívica e política ativa. A AMJA pretende ser o espaço de reflexão e debate sobre temas direcionados aos jovens, valorizando as suas opiniões, interesses e vontades, possibilitando a exposição das suas ideias, a partilha das suas preocupações no encontro de soluções comuns. Pretende ser um projeto de educação integrado nos projetos educativos dos agrupamentos participantes, o que prova o sentido pedagógico e o mesmo assume na prática educativa no contexto da vivência da cidadania. Visa possibilitar aos jovens e professores uma melhor perceção da realidade da comunidade de Albufeirense com as vicissitudes de uma comunidade multicultural, integrativa e democrática, permitindo a conceção e partilha de propostas com o objetivo de formar cidadãos ativos e participativos na comunidade local e sociedade em geral. Este é a única e exclusiva competência da Assembleia Municipal, fazer debate de ideias. Porque se depois forem ler, o artigo décimo, mas que por lapso é o nono, porque há uma gralha na numeração, e no ponto quinto diz assim, cada lista deve apresentar as suas medidas, no máximo três, que corresponderão ao agendamento dos temas para debate e deliberação junto da AMJA. Cada medida deve ser acompanhada de um argumento devidamente fundamentado, que deverá constar do campo de exposição de motivos. E a questão que aqui se prende, estamos a confundir dois conceitos, uma que é um projeto educativo, outra que é um órgão deliberativo e isto não é um órgão deliberativo. Não pode ser, nós não podemos criar órgãos. Mas podemos ter uma participação ativa num projeto, que é aquilo que é feito, e estou a dizer, podíamos estar aqui com as questões e eu tive o cuidado de vos dar experiências diferentes. Mas a verdade é esta, é que, tenha sido apresentado pela mesa, por mim, ou por qualquer membro, ou até mesmo pelo executivo, ela virá, com o tempo que virá, porque a iniciativa cabe a cada um. Aqui, de facto, de quem partiu não interessa, porque pretende-se que a criação de um órgão, onde se diz que nada se faz e quando se faz, aquilo que se diz é pôr de lado para depois*



retificar, para depois corrigir, eu digo-vos uma coisa, aquilo que é proposto é tão simples como isto, a criação da Assembleia Municipal Jovem de Albufeira, ponto um. Segundo ponto, o regulamento eleitoral. E não se esqueçam de uma coisa, não é eleita por um período de quatro anos, não pode ser, tem de ser eleita todos os anos. Por um motivo muito simples, é fácil de ver, o ano escolar inicia-se todos os anos, então os jovens têm de ser eleitos todos os anos escolares para integrarem a Assembleia Municipal Jovem, como um tema de debate e nada mais do que isto. Estou a defender, de facto a minha dama, por uma questão muito simples, é que aprendi isto com um senhor no início da minha carreira profissional, em que ele dizia-me, quem mal não faz mal não pensa. E a questão que está aqui é tão simples e tão transparente que a confusão que se lança, de todas as partes, sobre o que é a Assembleia Municipal Jovem, quando nos outros lados já existe há mais de dez anos, com este modelo, mais coisa menos coisa, que depois de criada, pode ser efetivamente discutida em termos do que é o regimento, não se trata nada mais do que isto. Não é nenhum bicho papão, não é nenhuma substituição, não é nenhuma catedrização nem doutrinação do que quer que seja, é única e exclusivamente a criação de um, se quiserem, instituto, de um meio de discussão por parte daquilo que é trazer os jovens, que tanto se diz que estão-se a afastar de tudo e mais alguma coisa, está apresentado, a iniciativa foi de quem foi, não interessa. Aqui o que é mais importante é o conceito que está em cima, a criação da Assembleia Municipal Jovem. A segunda questão é o regulamento eleitoral, que pode ser aprovado hoje ou não. E sendo ou não sendo, tome-se em atenção que estamos em Novembro, em Janeiro há os exames, o ano escolar termina em cinco de Junho, portanto, meus senhores, é tão simples como isto. Não se trata de pressão, trata-se apenas de uma iniciativa. A iniciativa cabe a qualquer um, a iniciativa foi tomada e não é pressão, trata-se de iniciativa. Não estou a levar isto e perdoem-me, com toda a parcimónia, não estou a tentar levar isto para nenhum campo do que quer que seja a não ser este mesmo. É um projeto que eu trabalhei, é um projeto que não é trabalhado de outra forma, que não esta, é trazido à Assembleia Municipal. Ainda que eu tenha presente a possibilidade de retirar o regulamento eleitoral, para que possam propor alterações e digo já, que marco já na próxima Assembleia. Mas a criação da Assembleia Municipal Jovem não consigo abdicar de deixar de apresentar aqui para que ela seja deliberada hoje. Com a proposta, se a mesa não me acompanhar, acompanho eu sozinho, no que diz respeito a isto, porque desculpem-me, acho que a criação e nós estarmos



com o protagonismo de ter uma Assembleia Municipal Jovem, criada para os jovens, para o trabalho dos jovens e com os jovens, acho que nenhum mal vem ao mundo porque o regulamento eleitoral é muito simples, se não for em tempo não será. Portanto, virá na próxima Assembleia Municipal, se for retirado e vou conferenciar com a mesa, saber se me acompanham, relativamente a isto, mas digo-vos, que se a mesa não me acompanhar na manutenção do ponto da criação da Assembleia Municipal Jovem, eu mantenho essa proposta sozinho e apontarei o regulamento eleitoral para a próxima Assembleia Municipal. É como vos digo, não se trata de mais nada, que não permitir, porque faz-se isto no Parlamento Jovem e digo-vos uma coisa, se tomarem o cuidado de lerem o que é o regulamento do Parlamento Jovem, é muito pior que isto, e faz-se. Por isso, algumas críticas entendo e aceito, a maioria delas não me conseguem convencer a fazer a retirada do ponto da ordem de trabalhos, desculpem-me."-----

Francisco Oliveira: "A única coisa que nós pedimos aqui, fiz referência, se ouvir a gravação daquilo que disse, é que somos a favor da criação desta Assembleia Municipal Jovem. O único reparo que aqui faço é que o senhor Presidente trabalhou esta situação sozinho, apresenta a proposta, sendo uma proposta cuja responsabilidade será depois da Assembleia Municipal e de todos nós. Estar a dar-nos agora informações, nomeadamente sobre não carácter deliberativo, que eventualmente haja outras propostas por parte de Vila Franca, de Sesimbra, como referiu aqui e a única coisa que pedimos aqui é, mais uma vez, uma questão de respeito. Esta questão de respeito, é que possamos trabalhar este documento em conjunto e que não seja aprovado agora algo, que não sabemos muito bem o quê. É só isto, não estamos a pôr em causa que seja um problema político-partidário, estamos a por em causa que, mais uma vez, o que o senhor Presidente aqui diz é, estamos no início do ano e vai acabar o ano. Podia ter sido apresentado em Agosto, podia ter sido apresentado em Setembro, se calhar as coisas teriam sido resolvidas de outra forma. Se tem havido uma colaboração, no que diz respeito aos elementos da Assembleia Municipal, que na verdade são responsáveis por isto, ou vão ser responsáveis por esta questão, se calhar estávamos todos aqui já a debater as questões que não existem, ou eventualmente, a votar em conformidade. Portanto, ninguém aqui pôs em causa que não é importante, pomos em causa é aprovar uma coisa que não sabemos muito bem o que é. E o senhor Presidente defende a sua dama dizendo que vai ser isto, mas nós não temos efetivamente essa capacidade, não estudamos os elementos nem verificamos as várias opções que existe das várias



Assembleias Municipais Jovens. Por tudo isto, mantemos a posição de ser retirado o ponto, ser discutido, ser agendado para a próxima Assembleia, se assim o entender, mas ser discutido devidamente.”-----

Presidente da Assembleia: “Doutor Francisco, vou-lhe dizer isto, desta forma, pode não ter estudado, se tivesse tido a iniciativa de estudar como eu fiz, chegava aqui e não o tinha, se tivesse, por exemplo, desde que recebeu o documento, se me tivesse ligado também lhe poderia ter esclarecido. Desculpe, você não pode dizer tudo o que quer e depois não pode ouvir, eu ouvi-o tranquilamente e não fiz nenhum comentário nem nenhum gesto desagradável, o quer que seja, disse o que quis, agora deixe-me, por favor, responder às suas questões. Porque fui eu que estudei o assunto, fui eu que o procurei, fui eu que me entusiasmei por ele e por isso digo que o defendo, com unhas e dentes relativamente, não digo quanto à forma, mas á sua criação sim. Essa defendo-a inequivocamente. Os dois, já somos membros da Assembleia Municipal há mais de quinze anos e portanto é a primeira vez que o assunto vem, pois sim, como virão outros, pela primeira vez, trazidos por outros membros. Mas isto, cada um tem a sua iniciativa e a sua responsabilidade de estudar os assuntos e de os fazer seus. Eu sou sincero, é uma coisa que me apraz ter estudado e entusiasmei-me quando estive a estudar e quem me dera a mim, que quando tinha quinze anos, me tivessem dado oportunidade de ter conhecido isto, que não me deram. E quem me dera a mim conseguir contribuir para que os jovens de quinze e dezasseis e dezassete anos consigam ter e saber, e não me façam a pergunta no dia das eleições, o que é que é a Assembleia Municipal. Ou, como jovens neste concelho, muita das vezes não têm linha nenhuma do que é a sua intervenção e o seu papel na sociedade e nós aqui conseguimos encarrilhá-los para, pelo menos, o que são as estruturas de que os regem. Com a maior frontalidade e com a maior sinceridade, é como lhe digo, ainda que eu pondere aceitar em não trazer o regulamento eleitoral, não retiro, e isto será inequívoco, não retiro a criação da Assembleia Municipal Jovem. Ela será deliberada hoje, com as responsabilidades que forem e não se trata, como disse, não sei se foi esta a expressão, mas o sentido foi este, chantagem. Não se trata disso, trata-se única e exclusivamente uma posição de uma proposta, que está assente. Assim como veio outras, senão assim, nunca mais teríamos deliberações. Os membros têm iniciativa deliberativa, ou melhor, de agendamento dos pontos, indicação dos pontos, quando os trazem cá, estão sempre. Porque das duas uma, os pontos só têm duas formas, ou são deliberados, ou são



retirados. Portanto, há um ponto que se atrasa a discussão, o proponente, se o quiserem como tal não retirará, que será a criação da Assembleia Municipal Jovem, essa será deliberada hoje, na questão do regulamento, aceito que queiram fazer propostas, que queiram fazer um estudo mais aprofundado e volto a dizer, é única e exclusivamente eleitoral. A criação será feita, a dizer que ela está criada, a forma como vai funcionar é uma segunda fase, será feita e como ela será eleita é aquilo que se propõe. Não é o seu funcionamento, essa será posteriormente que teremos de aprovar também aqui na Assembleia e esse é o trabalho da Assembleia Municipal. Confundimos a forma e a substância para chegar aqui ao conceito, que é, Assembleia Municipal Jovem é criada, como é que é trabalhada, a Assembleia Municipal está como nós, nós temos a Lei que nos rege como somos eleitos, depois quando chegamos aqui estipulamos as regras do regimento. Esse regimento é que vai ser trabalhado por nós, Assembleia Municipal, para ver como é que ela vai funcionar. O que está cá proposto é a sua constituição e a sua eleição, não o seu funcionamento, questões completamente diferentes."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, iríamos estar aqui em debate, relativamente a estas questões, sem necessidade e nós propomos que seja retirado o ponto na sua totalidade, agradecia que o senhor Presidente pusesse à votação essa hipótese, de ser retirado o ponto. Não sendo iremos votar o ponto como o senhor Presidente o propõe, que é a criação desta Assembleia Municipal Jovem. Continuo a dizer, nada contra, a única coisa que pretendemos é um esclarecimento de cabal relativamente a esta situação."-----

Adriano Ferrão: "Primeiro, as finalidades estão definidas no documento. O senhor Presidente acabou de as ler há pouco, por isso os objetivos desta Assembleia Jovem estão realmente definidos. Segundo, a semana que tivemos todos este documento para ler e analisar, parece-me que foi mais do que suficiente. Terceiro, o PSD sente-se devidamente informado para conseguir tomar uma deliberação. O quarto ponto que ponho aqui é mais de índole política, será realmente que a iniciativa ser do PSD está a incomodar?"-----

Presidente da Assembleia: "A mesa confidenciou e nós vamos, antes de pôr à votação a proposta do Doutor Francisco Oliveira, só para esclarecer que a mesa acompanha a proposta da criação e mantém a proposta de criação da Assembleia Municipal Jovem e retira o ponto do regulamento eleitoral. É a proposta da mesa que a vai manter como



proponente. Assim sendo o que vamos deliberar é, uma vez que é retirado o regulamento eleitoral e que será reagendado na próxima Assembleia Municipal, será a deliberação da criação da Assembleia Municipal Jovem, e a sua proposta é que também seja retirada a criação da Assembleia Municipal Jovem."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto da criação da Assembleia Municipal Jovem.-----

**VOTAÇÃO DA RETIRADA DO PONTO:**-----

Votos contra: treze (13) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Bernardo, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Abstencções: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: onze (11): Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi reprovada por maioria.-----

**VOTAÇÃO DA CRIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM:**-----

Votos contra: zero (00). -----

Abstencções: onze (11) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Votos a favor: catorze (14): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Bernardo, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

**PONTO OITO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, referente à proposta de alteração da Estrutura de Organização dos Serviços Municipais-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Quanto à proposta de alteração da estrutura de organização dos serviços, foi com surpresa que constatei esta proposta, porque na última intervenção que fiz comentei uma questão do modelo organizacional, nomeadamente no sector das infraestruturas enterradas, águas, saneamento, pluviais e depois falei também dos resíduos, quando fiz aquela alusão á questão da criação de uma empresa municipal, para agilizar toda essa gestão. Olhando para esta proposta de organização dos serviços reparo que esse departamento não foi reforçado de forma significativa, os outros departamentos da parte do planeamento e gestão urbanística foi reforçado nas unidades flexíveis, e bem, parece-me que a estrutura está bem pensada, mas neste departamento não foi reforçado e quando digo reforçado, não é uma questão de guerra entre departamentos, não é nada disso, concretamente há aqui, vai-se buscar algumas das propostas que a Câmara já teve em funcionamento, no período pré crise, pré Troika, onde foi imposta a redução da estrutura, mas nesse departamento havia uma divisão de pluviais e de saneamento, que não é recriada, não é agora colocada. Essa questão, trago aqui à discussão, porque a questão das pluviais parece que é um tema central, aqui na agenda municipal, nomeadamente com o plano de drenagem e as residuais com o problema que tivemos de contaminação da água das praias, que ainda vão persistir, para as melhorias que têm de ser efetuadas. Por isso, com alguma estranheza, vejo a questão do reforço neste departamento não reforçando isso. Depois há uma questão neste departamento que é a criação de uma unidade de ambiente, e essa unidade de ambiente parece que sai, desautonomiza de uma divisão que existia, que tinha o ambiente. A pergunta é se essa unidade vai depender do diretor de departamento, ou depende do chefe de divisão que na altura tinha essa questão? E esta pergunta tem uma especificidade, porque ao nível do ambiente, na parte das competências específicas não se coloca a questão das alterações climáticas. A questão das alterações climáticas parece-me ser uma questão central para os próximos anos, para não dizer que é já. Hoje, em Assembleia Intermunicipal, foi apresentado o plano de adaptação às alterações climáticas, que a AMAL está a promover, que depois vão ser conduzidas medidas a implementar nos vários municípios e esse cariz das alterações climáticas acarreta uma coordenação ou algo que não é só de uma divisão de ambiente, tem de ter um carácter mais amplo que uma só unidade. É isso que nesta estrutura fico sem perceber como é que vai ser feito, qual é o papel



desta unidade e não ter a inclusão das alterações climáticas parece-me ser uma limitação nessa matéria. De resto, como fiz referência na última Assembleia, não deixar de dizer, quando houve o espanto de um comentário sobre a reflexão do modelo organizacional, quando referi que o modelo de gestão da água, saneamento, pluviais teria bem encaminhado se fôssemos nesse modelo, não posso deixar de dizer que nos outros sectores que agora são reforçados, esse modelo tem fragilidades. Porque o modelo da empresa municipal, ao nível da água, saneamento e resíduos tem um regulador e ela só é criada mediante parecer favorável vinculativo do regulador, isto é, está completamente regulada, ao contrário dos outros departamentos, se fosse para criar uma empresa municipal não tem qualquer regulação externa, nem qualquer tipo de controlo anual. Isto porque, após essa Assembleia percebi que tinha existido alguma confusão com as minhas palavras, no sentido que parecia que estava a querer colocar as empresas municipais como “panaceia” para todas as soluções do modelo organizacional. Não foi, foi referente a um sector muito específico e não referente a todo o modelo.”-

Francisco Oliveira: “Relativamente a esta questão, acho que é um modelo de gestão que neste momento vai ser implementado, verifico que há tentativa de aqui, no fundo, tomar posição relativamente a algumas situações, que neste momento vinham a ter algumas dificuldades, nomeadamente até no ponto dez, que iremos discutir, em que os serviços fazem referência à impossibilidade de prestarem informação, porque só estava um elemento naquele serviço, ou porque os outros serviços não tinham feito o levantamento necessário. Portanto, é demonstrativo que, este organograma vai ter que tomar as rédeas da organização dos serviços, uma vez que até agora teria essa dificuldade. Sendo um documento da responsabilidade do executivo e da gestão, naturalmente que não fomos tidos nem achados, nem teríamos que ser, por isso mesmo iremos abstermo-nos relativamente ao novo organograma.”-----

Adriano Ferrão: “Só para sublinhar que o executivo tem procurado dar mais eficácia ao aparelho administrativo e que esta é uma medida que se enquadra perfeitamente nesse propósito. Por isso é totalmente pertinente e espero que consiga colmatar alguns dos problemas que se têm verificado e melhorar tem sido o sentido do executivo.”-----

Presidente da Câmara: “Esta alteração da orgânica da Câmara Municipal e seu respetivo regulamento tem a ver conforme o deputado Francisco Oliveira afirmou, com tentar agilizar e resolver alguns tipos de constrangimentos que existem na orgânica da Câmara. Nomeadamente na área do urbanismo e planeamento, que são duas áreas





extremamente importantes, fundamentais e nucleares para o desenvolvimento do concelho de Albufeira. A criação de uma estrutura de apoio ao investimento, a questão da temática, como já foi falado aqui na Assembleia, do ruído. O ruído deverá ser analisado de uma forma extremamente importante, ainda que essa unidade de ambiente irá ter essas responsabilidades precisamente para dar aqui ênfase àqueles problemas maiores que nós temos. Há outra questão, da fiscalização conjugada com as vistorias, vão ter tudo na mesma unidade, que parece-nos a nós que tem algum sentido e alguma lógica. Evidentemente que não foi feita uma reformulação profunda, de tudo aquilo que poderia vir a ser. Faço lembrar que antes da crise de dois mil e onze, todos os municípios foram obrigados por lei a reduzir as suas unidades orgânicas e a reformulá-las. Nós reduzimos bastante nessa altura, agora não estamos a aumentar, nem pouco mais ou menos aquilo que haveria em dois mil e dez, dois mil e onze, que é muito muito menos, nomeadamente a questão da educação e ação social, são duas áreas extremamente importantes, que tiverem que ser juntas. Não digo que as águas e saneamento não possa vir a ser, um dia, com outra forma e com outro estudo mais profundo, que provavelmente no ano de dois mil e dezanove irei promover, no sentido de verificar, não só apenas a estruturação orgânica do município, de uma forma mais sustentada ou mais fundamentada, mas essencialmente para verificar e fazer um estudo externo sobre a questão da colocação e da distribuição dos próprios funcionários, pelas várias unidades e pelos vários serviços e sectores. Esta alteração tem precisamente a ver com a resolução de alguns problemas pontuais, que se vão verificando nesta altura."-----

Francisco Oliveira: "Só para referir e reforçar que teria havido, aquando da reunião do executivo, uma promessa, ou uma responsabilização da criação de uma auditoria externa, relativamente à forma como os recursos humanos serão utilizados e que isso seria importante, até para a fundamentação deste ou de outra alteração ao organograma."-----

Presidente da Câmara: "Foi precisamente, o que disse, no ano de dois mil e dezanove promover esse estudo."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00). -----



Abstenções: catorze (14) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.---  
Votos a favor: onze (11): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Bernardo, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

### PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente aos aditamentos aos acordos de execução de delegação de competências com as Juntas de Freguesia;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Câmara: "Só para dizer que a iniciativa desta alteração, desta adenda aos contratos de delegação de competências está em cima da mesa e para este ano, teve a ver com a questão dos cinquenta por cento da verba destinada às freguesias, no início do ano civil, com a elaboração do orçamento. Foi acrescentado mais de cinquenta por cento daquilo que tinha sido orçamentado e foram feitas apenas alterações relativamente àqueles valores. Quando há valores em causa, evidentemente que terá de haver a respetiva delegação de competências adequada e acertada com os valores. Foram consultados todos os Presidentes de Junta de Freguesia e manifestaram a sua concordância com isto. Para o ano de dois mil e dezanove, com certeza que teremos de iniciar, a partir da semana que vem, as reuniões, no sentido de elaborarmos contratos de execução completamente diferentes destes que têm sido até agora."-----

Francisco Oliveira: "O Presidente antecipou-se àquilo que iria colocar. O que iria referir é que nos congratulámos, de facto, com a questão relacionada com esta delegação de competências e com os valores que aí vem. Ficou aquém daquilo que havia sido prometido, ficou aquém daquilo que havia sido negociado aquando do último orçamento e portanto, a recomendação que faria, penso que todos nós faríamos era que as Juntas de Freguesia fossem contempladas no próximo orçamento com valores



consideravelmente superiores, para prover as suas necessidades. Até porque acontece que muitas, para não dizer todas as Juntas de Freguesia têm vindo a executar tarefas que às vezes não podem ser executadas por eles, mas que os fregueses assim o requerem e têm muitas vezes substituído à Câmara Municipal a fazer. A questão é, dêem-se as competências, dêem-se os valores necessários que elas são efetivamente executadas. É nesse sentido, que faria a recomendação, para que no próximo orçamento elas sejam contempladas com aquilo que é necessário fazer nas respetivas freguesias."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO DEZ**

Tomada de conhecimento da informação da Câmara Municipal sobre a recomendação apresentada pelo BE, relativamente à majoração da taxa para 25% a prédios urbanos degradados -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Já falei neste ponto no ponto anterior, relativamente ao organograma, e de facto a informação que nos é trazida pelos serviços é realmente uma informação que nos deixa preocupados. Porque efetivamente todos os serviços ou não têm a informação que se necessita, ou eventualmente têm um funcionário que neste momento está nos referidos serviços. Portanto é demonstrativo que os serviços não conseguem providenciar aquilo que o município pretende. Neste caso concreto, que



nós na Assembleia Municipal, ou as propostas que possam ser feitas, quer no executivo, quer na Assembleia Municipal não possam ser prosseguidas em função da dificuldade que os serviços têm. Também me parece que não é forma, muitas vezes, de responder às questões, escudando-se que os serviços não têm capacidade, uma vez que quem gere os serviços é o próprio executivo. Portanto, pensamos e esperamos que o próximo organograma traga a capacidade de resposta e que possam ser implementadas as propostas que aqui fazemos e no executivo, que sejam feitas para melhorar o concelho.”-----

Presidente da Câmara: “Não tem pessoas, os levantamentos que produzissem eficácia em tempo útil. Porque, com certeza no próximo ano poderemos vir a ter as situações devidamente, o estudo feito, o levantamento dos prédios degradados feitos, para que possamos seguir essa recomendação, para este ano é que não houve possibilidade de isso acontecer.”-----

Francisco Oliveira: “Relembra, que há quatro anos andamos a solicitar que seja feita a atualização dos prédios entre Ferreiras e Albufeira, relativamente ao IMI e que estamos cinco anos volvidos, depois dessa pretensão e realmente não tem sido feito. Por dificuldades, quer da AT, quer da Câmara Municipal, o que é facto é que as Juntas de Freguesia estão, diria desequilibradas, relativamente aos valores que recebem, uma vez que há uma parte que era devida a Ferreiras e que está a ser, neste momento, rececionada por Albufeira. É só um exemplo concreto que de facto, infelizmente não tem acontecido pontualmente. A questão da dificuldade dos serviços providenciarem as informações têm-nos levado, como levou, por exemplo, anteriormente, à impossibilidade da criação de taxas de IMI mais favoráveis exatamente porque não havia esse tipo de informação.”-----

Presidente da Câmara: “Essa questão do IMI entre os prédios entre Albufeira e Ferreiras tem a ver, mais, com as finanças que propriamente com a Câmara Municipal, penso eu. No entanto a Câmara Municipal, poderá nessa altura e sei que já foram feitos alguns desenvolvimentos há alguns anos, embora ainda não tivessem produzido eficácia nenhuma. Pode-se fazer coisas sem que se produza eficácia, pode acontecer que se pense que é a mesma coisa que não fazer nada. Vamos ver o que se poderá fazer.”-----

Francisco Oliveira: “Só para referir que foi proposto que houvesse um contrato entre as duas Juntas de Freguesia, no sentido que fosse transferido o valor que está a ser recebido a mais pela Junta de Freguesia de Albufeira, para a Junta de Ferreiras. Isso



foi considerado, em determinada altura, mas depois entendeu-se que não. E era uma solução possível de ser resolvida essa questão.”-----  
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

### PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, da recomendação apresentada pelo PAN, “por melhores acessos ao posto da GNR de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Vera Belchior lê proposta de recomendação. “O texto vai ser retificado, por parte da entidade responsável, mas o que foi dito aqui é o que passa a estar presente”. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata)-----

Presidente da Assembleia: “O PAN faz uma alteração à recomendação.”-----

Renato Pimenta: “Queria reforçar o que está pedido pelo PAN, mas penso que a intervenção da Câmara deveria ser noutro sentido. Da criação de um novo posto em Albufeira, porque quando se fala que há uma dificuldade de acesso por parte das pessoas que tem dificuldades de locomoção, convidava-vos a fazer uma visita ao interior da GNR e qualquer pessoa que tenha ou não dificuldades de locomoção, nem sequer uma casa de banho tem lá dentro. A casa de banho que há para todas as pessoas é a casa de banho de serviço. E quando alguém quer ir à casa de banho, tem de pedir a um elemento da GNR que o acompanhe para ir à casa de banho. Isso não existe, para além disso, as camaratas que estão a dar serviço ao pessoal de reforço têm dezasseis beliches cada uma, cheiram a mofo, têm os colchões bolorentos e neste momento aquilo que precisamos é um posto novo em Albufeira, não é só uma rampa.”-----

Adriano Ferrão: “Só um pequeno pormenor que gostaria de ver incluído neste texto. Agora estou ainda, preso ao texto e não áquilo que foi dito, porque não memorizei tudo o que foi dito. De qualquer maneira, diz, a dada altura que, se propõe que a Assembleia Municipal delibere apelar à Câmara que apoie e incentivem.”-----

Presidente da Assembleia: “Essa parte foi alterada. A Assembleia Municipal remeter ao Ministério da Administração Interna e ao Comando Distrital da GNR.”-----

Adriano Ferrão: “Era só isso que queria ver clarificado.”-----



Presidente da Câmara: "Acho muito bem essa alteração, senão podemos fazer ver que a Câmara Municipal é que é o órgão ou entidade responsável pela construção ou pela reparação ou remodelação, seja o que for, do quartel da GNR. Há poucos dias assinei um protocolo com o senhor Secretário de Estado da Administração Interna, nos Olhos de Água, por via da construção do quartel da GNR daquela localidade. Isso é protocolado, a Câmara Municipal tem de assumir, porque é importante que haja um posto da GNR lá, porque senão ficávamos nós com o ónus de não querermos os posto da GNR lá e pura e simplesmente a Administração Interna dizia que não ia para lá e resolvia o assunto de uma forma leonina. Nós não queremos isso, queremos que haja proximidade das forças de segurança nos locais onde estão as pessoas e os bens. O que é facto é que esse protocolo arredondar em que a Câmara Municipal já fez o projeto, vai ter de fazer o projeto de especialidade das suas peças e vai pagar duzentos e cinquenta mil euros, que é metade da obra que vai estar em jogo. No entanto, há uma necessidade que o Ministério, no fundo, teve que assumir que é a Câmara Municipal que paga metade. Porque se nós agora entendêssemos por modo próprio fazer a rampa de acesso ao quartel da GNR ou fazer outras reparações, sem que houvesse uma remessa de qualquer solicitação da Assembleia Municipal para o órgão da tutela, que acho que é o responsável por isso, acho que isso é que é importante que aconteça. Para realmente chamar a atenção, ainda que eles a seguir venham pedir à Câmara para fazer e então protocolava-se e fazia-se. Agora que as pessoas têm de perceber que não têm condições para fazer, tal e qual como o Centro de Saúde, que não estará nas melhores condições, basta olhar para o exterior, o interior também não está grande coisa. Ultimamente não tem havido alterações no Centro de Saúde, isto vai crescendo, vai desenvolvendo, com esta quantidade de turistas existentes. Há aqui duas ou três situações que realmente a construção de um quartel da GNR novo, acho que era uma belíssima ideia, só que a situação não será muito possível. Se eles tratassem de recuperar ou conservar, também não há tempo, é preciso ver isso, Albufeira tem aquela sazonalidade excecional que decorre no verão, faz com que haja um período de tempo que não se possa fazer praticamente nada. De Maio até Outubro não estou a ver que se conseguisse fazer uma remodelação de um quartel da GNR. De Maio até Outubro não pode haver obras nenhuma naquele sítio, senão era o descalabre e depois os guardas que vinham para cá onde é que ficavam? Tinha de haver alternativas, tinha de se estudar, porque tudo é possível, obviamente."-----



Francisco Oliveira: "Só um pequeno reparo, relativamente áquilo que o Presidente da Câmara referiu, quanto ao Centro de Saúde de Albufeira. Tive uma reunião, há cerca de um mês, com o Doutor Paulo Morgado, Diretor Regional de Saúde, que me referiu estar disponível, ter verba disponível para, assim que se encontrasse um terreno ou um espaço, poder construir ou alargar aquilo que é o centro de saúde. E isso foi-me garantido pelo Doutor Paulo Morgado, com informação que já teria contactado a Câmara Municipal de Albufeira para esse efeito. E portanto, faço-lhe chegar a informação."-----

Presidente da Câmara: "Não fui contactado nesse sentido. Não estou a dizer que seria necessário um centro de saúde totalmente novo, se calhar seria o ideal. Mas aquele ampliado, remodelado, reformulado. Só disse aquilo que mais facilmente se vê, que até o aspeto que ele tem. Se o Doutor Paulo Morgado tem o meu telefone, sabe onde estou todos os dias desde as sete horas."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

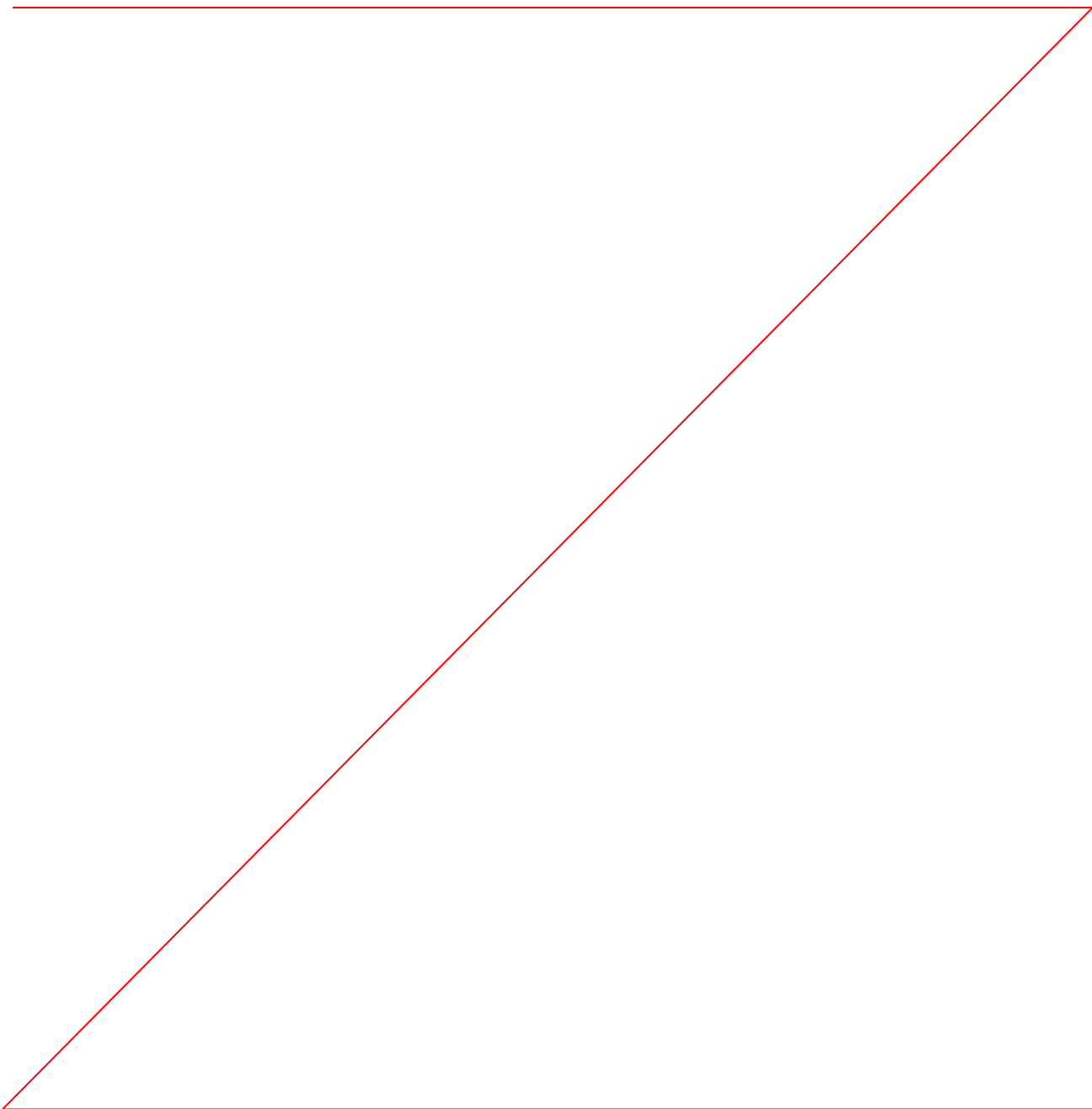
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 24 de Outubro de 2018 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

-----  
A SEGUNDA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_







Ponto 2 - Assembleia Municipal 24/10/2018 P.

### Bancada do PSD

Relativamente ao ponto 2 da ordem do dia, a Bancada do PSD designa para os seus representantes os comités de acompanhamento aos desenvolvimentos dos planos de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do Município de Albufeira e de frotas em seu sentido.

24.10.2018

*[Handwritten signatures]*

Helena Paketa Simões

*[Handwritten signatures]*



Ex.mo Sr.  
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal  
de  
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto 5.º da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, convocada para dia 24/10/2018, nomeadamente, apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de candidaturas ao IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito da medida “Contrato de Emprego-Inserção (CEI)”, apresentar:

Declaração de Voto

A CDU vota contra, uma vez que é nosso princípio de que a Câmara Municipal de Albufeira, ou qualquer outro serviço público, deve munir-se de pessoal que seja necessário para o assegurar o regular funcionamento dos serviços, proporcionando um emprego efectivo.

Albufeira, 24/10/2018

O eleito da C.D.U.

  
Renato J. M. M. Pimenta

Doc. 3



## RECOMENDAÇÃO

### Por melhores acessos ao posto da GNR de Albufeira

Considerando que a acessibilidade é imprescindível para a qualidade de vida das pessoas e para o exercício dos direitos que lhes são conferidos em democracia, é essencial que os decisores garantam a ligação entre pessoas, lugares, bens, serviços e oportunidades económicas, sem condicionamentos, a todos os que de forma permanente ou temporária apresentem necessidades especiais.

Assim, a adoção de medidas que visem combater as desigualdades, revestem a maior importância para a vida de muitos, proporcionando às pessoas com mobilidade condicionada condições iguais às demais.

No entanto, são ainda muitas as barreiras com que as pessoas com mobilidade condicionada se deparam no dia-a-dia, desde o acesso a edifícios, aos transportes ou a serviços.

Um exemplo é o caso do posto de destacamento territorial de Albufeira da GNR (Vale Pedras), onde se verifica que na entrada principal do edifício não existe qualquer rampa que permita o acesso de pessoas com mobilidade condicionada.

Os atuais acessos a este serviço constituem-se por uma escadaria com 5 degraus (ver imagem em anexo), pelo que se constata que não existe um acesso em conformidade para pessoas com mobilidade reduzida, restando como única opção pedir auxílio para aceder ao posto, ato este que lhes retira autonomia.

Assim, o PAN propõe que a Assembleia Municipal de Albufeira, na sua Sessão Extraordinária de 24 de outubro de 2018, delibere remeter esta recomendação ao Ministério da Administração Interna e ao comando distrital da GNR para que, de forma célere, se proceda à intervenção no acesso ao posto de destacamento territorial de Albufeira da GNR, permitindo assim que as pessoas com mobilidade condicionada possam aceder ao mesmo autonomamente.

Albufeira, 18 de outubro de 2018

Pessoas - Animais – Natureza

(RM PAN)

Vera Belchior

Pessoas – Animais - Natureza

Assembleia Municipal de Albufeira, Rua do Município 8200-863 ALBUFEIRA  
Tel 289 599 516 E-mail [assembleia.municipal@cm-albufeira.pt](mailto:assembleia.municipal@cm-albufeira.pt)  
[www.cm-albufeira.pt](http://www.cm-albufeira.pt)

1